

Conferências do Atlântico | 2ª Edição | Madeira, Portugal

Churchill: a Liberdade dos Mares e a Carta do Atlântico

Churchill dedicou a sua vida e carreira à aliança dos povos de língua inglesa na defesa do Ocidente. Boa parte dessa carreira foi dedicada ao princípio da liberdade dos mares



Randolph L.S. Churchill

Chairman, International Churchill Society. Bisneto de Winston Churchill

Agradeço este simpático convite para me juntar a vós para esta importante conferência. Gostaria particularmente de dizer obrigado a um grande Churchilliano, Professor João Carlos Espada, pelos seus incansáveis esforços em nome da International Churchill Society em Portugal.

O meu bisavô, Sir Winston Churchill, visitou a Madeira em 1950 e é um grande prazer para mim estar hoje aqui convosco, na bela Madeira, para ajudar a celebrar o 650º aniversário da grande aliança Luso-Britânica.

Sei que se Churchill estivesse aqui connosco hoje, estaria envolto em fumo de charuto e a saborear um copo de Porto seguido rapidamente de um copo de Madeira! Todos nós sabemos o quanto ele adorava os seus charutos. Em 1893 ele escreveu ao seu pai, Lord Randolph Churchill, talvez a carta mais fantástica:

“Sei que não gosta dos meus charutos. Não farei mais isso, não gosto tanto deles a ponto de ter qualquer dificuldade em deixá-los de lado.” Além de seu único romance, *Savrola*, foi a última peça de ficção que ele escreveu!

Sobre obras de ficção na propaganda da distorção da história - que alguns acreditam ser um fenómeno moderno - Lord Roberts escreveu brilhantemente em *The Spectator* que os britânicos foram afectados por mentiras durante o Boston Tea Party em 1773. Está agora provado que não foram os impostos de Jorge III sobre os americanos, mas que a verdadeira história é que o chá britânico tributado prejudicou os contrabandistas americanos que queriam preservar os seus lucros atirando o chá britânico aos mares! Sinto apaixonadamente que contar a história de forma justa, como Sir Martin Gilbert fez sobre Churchill, deve estar no centro de todas as nossas liberdades democráticas.

Encontramo-nos num momento de teste para alianças. Os Estados Unidos e o Reino Unido estão envolvidos num combate armado contra os rebeldes Houthi apoiados pelo Irão no Iémen, num esforço aliado para proteger a liberdade dos mares. Um comércio no valor de um trilião de dólares passa pelo Canal de Suez todos os anos; qualquer interrupção grave nas suas operações poderia paralisar a economia mundial.

E a guerra na Ucrânia continua, à medida que nos aproximamos do melancólico aniversário de dois anos da perversa invasão imperial de Putin.

O imperialismo económico chinês continua em ritmo acelerado em África e noutros lugares, e a liderança em Pequim lança um olhar cada vez mais ávido sobre Taiwan.

Churchill dedicou a sua vida e carreira à aliança dos povos de língua inglesa na defesa do Ocidente. Boa parte dessa carreira foi dedicada ao princípio da liberdade dos mares e, em duas ocasiões, encontrou-se no topo da liderança naquela que era então a maior marinha do mundo.

Ele levou essa responsabilidade a sério. Como reflectiu mais tarde num discurso de 1949 no Instituto de Tecnologia de Massachusetts:

“Durante o nosso prolongado período de supremacia naval, sem nos deixarmos intimidar pelo aumento das tarifas externas, abrimos os nossos portos livremente ao comércio do mundo. O nosso império colonial e oriental, até mesmo o nosso comércio costeiro, era livre para todas as nações em igualdade de condições. Não procuramos de forma alguma obstruir a ascensão de outros Estados ou Marinhas. Durante quase todo o século XIX, o monopólio do poder marítimo nas mãos dos britânicos foi um negócio cumprido fielmente no interesse geral. Mas agora, na primeira

década do século XX, com novos padrões de navios de guerra, as rivalidades navais tornaram-se agudas e ferozes. Os governos civilizados começaram a pensar em *Dreadnoughts*. Num tal cenário teria sido muito difícil evitar a Primeira Guerra Mundial.”

Na verdade, seria Churchill quem teria de enfrentar os aspectos navais daquela guerra terrível.

Ele foi nomeado Primeiro Lorde do Almirantado a 25 de outubro de 1911, antes de completar 37 anos, tornando-se assim o líder civil da maior marinha do planeta. Nada lhe poderia ter dado maior alegria.

Ele lançou-se ao trabalho, reestruturando o Almirantado, removendo *madeira morta*, autorizando a construção de novos e poderosos navios de guerra e armando-os com armas bastante poderosas.

Também supervisionou a criação da aviação naval e de um dos primeiros tipos de porta-aviões, tendo adquirido co-

nhecimentos sobre aviação através de aulas de voo, às quais teve a sorte de sobreviver.

Entre as muitas vantagens pessoais do cargo estavam a imponente Admiralty House em Whitehall, que se tornou a sua casa e escritório, e o HMS *Enchantress*, um iate armado de 320 pés de comprimento, que era para seu uso pessoal. Uma das peculiaridades do governo britânico era o facto de os privilégios usufruídos pelos membros do Gabinete serem frequentemente superiores aos do Primeiro-Ministro. Mas talvez tenha sido um presságio que o seu querido iate tenha sido construído pela mesma empresa de Belfast, Harland & Woolf, que mais tarde construiria o Titanic.

Como Primeiro Lorde e mestre do *Enchantress*, Churchill estava em constante movimento, navegando para as muitas instalações da Marinha Real e conduzindo uma série interminável de inspecções. Ele estava determinado a deixar a Marinha em ordem e pisoteou pesadamente os almirantes. A essa altura, os rumores de um possível conflito com a Alemanha já haviam começado, e Churchill estava determinado a garantir que a frota estaria pronta caso a guerra chegasse.

Logo chegou. A 28 de junho de 1914, teve início uma crise diplomática que levou, em cinco semanas, à Primeira Guerra Mundial, um cataclismo que ceifou milhões de vidas e arruinou inúmeras outras.

Sob o céu azul de Sarajevo, terroristas com ligações obscuras ao governo sérvio mataram o arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono do frágil, mas esplêndido Império Austro-Húngaro, e a sua esposa. Viena emitiu um ultimato estridente à Sérvia e a Alemanha ficou do lado do Império prejudicado; A Rússia, movida pela solidariedade eslava e confiante de que a sua aliada, a França, se juntaria à luta, mobilizou-se contra a Alemanha; e a Grã-Bretanha, indignada com a violação alemã da neutralidade belga, veio relutantemente em auxílio da França.

Mais tarde, Churchill referir-se-ia ao acto de abertura da guerra como “Um drama nunca superado”. Ele iria desempenhar um papel importante nesse drama, não só presidindo aos primeiros confrontos navais do conflito, mas liderando pessoalmente a defesa de Antuérpia, um porto fulcral na Bélgica. Estava tão ansioso para entrar em campo que se ofereceu para renunciar ao cargo que amava, desde que pudesse receber um alto posto militar. O Gabinete recusou a sua oferta e foi assim como Primeiro Lorde - vestido com um boné e uma capa estranhos - que se envolveu brevemente na luta. Muitos o consideraram louco e, na verdade, ele quase foi feito em pedacinhos, mas conseguiu manter Antuérpia fora das mãos dos alemães por mais alguns dias e retardar seu progresso para oeste. O pequeno contingente de tropas inexperientes que comandava não tinha hipóteses perante um inimigo implacável.



Depois de uma breve e sangrenta guerra de movimento, durante a qual morreram centenas de milhares de pessoas, a luta estabeleceu-se no padrão que hoje nos é familiar: guerra de trincheiras estática, com níveis de violência quase incompreensíveis, e a paisagem verde e agradável de França e Bélgica transformada numa paisagem lunar devastada e aterrorizante.

Churchill pode ter sido um homem de guerra, mas ficou horrorizado com a tragédia que se desenrolava na Frente Ocidental. Como chefe civil da Marinha, procurou uma alternativa ao que chamou de “mastigar arame farpado”, e logo se deparou com a ideia estratégica que seria a sua ruína: um ataque naval à Turquia, aliada da Alemanha, através do Estreito dos Dardanelos. Ele imaginou forçar o estreito – que havia sido fechado pela Turquia – e atacar Constantinopla. Isto teria a vantagem adicional de abrir uma rota ao sul de e para a Rússia, um aliado britânico.

Esta era uma perspectiva perigosa, e muitos no Almirantado, incluindo Churchill em certa altura, consideraram-na impossível. Os estreitos tinham mais de quarenta milhas de comprimento, variando em largura entre uma a quatro milhas. A armada atacante enfrentaria minas submarinas e artilharia de ambos os lados.

Apesar das suas preocupações originais, Churchill apaixonou-se pelo plano e procurou colocá-lo em funcionamento no início de 1915. Os seus almirantes tinham muitas dúvidas, mas mantiveram-nas para si.

No final, tudo foi um caos. Com um Primeiro-Ministro fraco, uma estrutura de comando instável e falta de comunicação entre os serviços, a

operação foi um desastre. Em vez de trabalharem em harmonia e ao mesmo tempo, a Marinha e o Exército agiram de forma quase independente, a primeira em Fevereiro e a segunda em Março. A operação naval levou ao naufrágio de navios britânicos sem qualquer efeito significativo nos fortes turcos e nas posições de armas. Churchill achou que a Marinha deveria prosseguir, mas isso foi rejeitado pelo conselho de guerra.

O Secretário da Guerra, Lord Kitchener, estava fatalmente indeciso. Enviaria tropas para a operação ou não? Churchill admitiu mais tarde que deveria ter cancelado tudo, quando se tornou evidente que não se podia contar com o exército, mas não o fez. Quando Kitchener finalmente enviou tropas, que dificilmente poderiam ser dispensadas devido aos combates ferozes em França e na Bélgica, fê-lo com relutância e em número insuficiente.

Os desembarques ocorreram face à esmagadora resistência turca, com fortificações e artilharia móvel que lançaram fogo sobre os atacantes britânicos (e irlandeses, e australianos, e neozelandeses). Os resultados foram previsivelmente desastrosos.

Deste modo, os poderosos canhões turcos, centenas de minas, as duras tropas turcas e a falta de coordenação entre as forças por parte dos britânicos condenaram a campanha.

Alguém tinha que assumir a culpa, e o Primeiro Lorde do Almirantado era o alvo óbvio. Em Maio de 1915, como preço para os conservadores entrarem num governo de coligação, Churchill (que naquela época era liberal) foi demitido e forçado a desistir do seu amado *Enchantress* e da palaciana *Admiralty House*. Em vez de ser expulso do Gabinete imediatamente, Asquith nomeou-o para a sinecura de Chanceler do Ducado de Lancaster. Para um homem de acção como Churchill, isto foi como uma morte profissional; na verdade, a sua esposa Clementine diria mais tarde, sobre ele, durante este período: “Achei que ele iria morrer de desgosto”.

É claro que o seu espírito indomável lhe permitiu sobreviver até mesmo a esse revés esmagador. Fez uma espécie de penitência, renunciando ao seu posto sem sentido e assumindo o comando de um batalhão na Frente. Na lama e no sangue da Bélgica, procurou expiação pelos seus erros e sonhou novamente com um retorno político.

E um quarto de século depois, encontrou-se novamente com um cargo de topo, quando um relutante Primeiro-Ministro, Neville Chamberlain – a sua política de apaziguamento em frangalhos enquanto as forças de Hitler atacavam a Polónia – trouxe Churchill de volta ao Gabinete.

Quando regressou ao seu escritório no Almirantado, abriu um armário e ficou surpreso ao encontrar um mapa marcado com as posições dos navios alemães que não tinha sido tocado desde a sua partida em 1915.

O seu regresso trouxe um furacão de actividade através dos sóbrios corredores do Almirantado, e durante os meses da chamada “guerra falsa” ele ansiava por levar a luta aos alemães. O seu olhar inquieto pousou na Noruega como um provável local de ataque e, em Abril de 1940, navios carregados com forças de desembarque foram devidamente despachados para norte.

Mas os mesmos problemas que dificultaram os seus esforços nos Dardanelos, repetiram-se na Noruega, à medida que a estrutura de comando então existente e as autoridades difusas responsáveis pela expedição a levaram ao fracasso. Ironicamente, foi este fracasso que precipitou uma revolta contra o primeiro-ministro, Neville Cham-

berlain, e levou à sua queda.

Um relutante rei Jorge VI, que teria preferido Lord Halifax, convocou Churchill ao Palácio de Buckingham a 10 de Maio de 1940 para nomeá-lo primeiro-ministro.

O furacão que passara pelos corredores do Almirantado agora devastava Whitehall. Funcionários públicos com metade da idade de Churchill viram-se sem fôlego para acompanhar o ritmo. Aplicando as lições de uma vida inteira de estadista, especialmente os seus dois mandatos como Primeiro Lorde, criou um pequeno Gabinete de Guerra e um Comité de Chefes de Estado-Maior. Procurando um Ministro da Defesa, encontrou o melhor candidato possível: ele mesmo. Os dias de estruturas de comando confusas acabaram.

As crises que se seguiram – o colapso chocante do exército francês, a Batalha da Grã-Bretanha e o advento do bombardeamento estratégico – deixaram claro para Churchill o que era necessário para a vitória final: a entrada na guerra dos Estados Unidos da América. Esta seria, de facto, uma tarefa difícil, pois o povo americano – traumatizado pelas suas experiências da Primeira Guerra Mundial – estava determinado a manter-se afastado de quaisquer novos conflitos europeus. Mesmo o Blitz não conseguiu movê-los. Mas o Presidente Franklin D. Roosevelt empurrou gentilmente a política externa americana numa direcção pró-Aliados e acabou por concordar em encontrar-se com o seu homólogo britânico para discutir o conflito em curso.

Em Agosto de 1941, os dois líderes reuniram-se na Baía de Placentia, na costa da Terra Nova. Churchill havia empreendido a perigosa viagem a

bordo do HMS Prince of Wales, um navio de guerra novinho em folha que apenas três meses depois seria afundado pelos japoneses.

Churchill e Roosevelt apelaram a uma paz que “permitisse a todos os homens atravessar os altos mares e oceanos sem obstáculos”, e a declaração conjunta dos dois líderes seria em breve conhecida como a Carta do Atlântico. Esta Carta lançou as bases para a aliança em tempo de guerra que viria a existir três meses mais tarde, após o bombardeamento de Pearl Harbor e a declaração de guerra aos Estados Unidos pela Alemanha, que finalmente trouxe os EUA para o conflito.

Tal como aconteceu naquele dia quente de Agosto na Baía de Placentia, a história está a desenrolar-se diante dos nossos olhos. As fronteiras estão mais uma vez a ser redesenhadas à força. Os instrumentos de guerra e de conquista estão a ser manejados como um bastão contra os nossos amigos em Kiev, e os horrores do anti-semitismo assassino ressurgiram mesmo dentro das fronteiras da pátria judaica.

Como todos sabemos, a Ucrânia há muito que suporta o peso da agressão russa. A indescritível barbárie do Holodomor – a grande fome humana infligida à Ucrânia pela União Soviética em 1932-33 – ainda afecta a consciência. Talvez cinco milhões de pessoas tenham morrido num dos crimes mais indescritíveis da história.

Como estudante de história e estadista perspicaz, Churchill sabia instintivamente que a revolução de Lenine só traria horror e miséria, e é por isso que, enquanto Secretário de Estado da Guerra em 1919, destacou tropas britânicas como parte de uma força multinacional em oposição aos bolcheviques.

Esta intervenção é - para mim incrível - frequentemente acrescentada à acusação contra Churchill, como se desejar estrangular o comunismo no seu berço fosse um erro. Nós sabemos melhor. E quando Churchill se referiu ao bolchevismo como “*macaquice nojenta*” e disse que “não era uma política, mas uma doença” e “não um credo”, mas uma “pestilência”, ele estava a perscrutar um futuro manchado pelo sangue de milhões de vítimas do comunismo.

Churchill era famoso por falar de forma clara.

A 4 de Junho de 1940, enquanto a França estava sitiada e logo após a retirada de Dunquerque, Churchill proferiu um dos seus maiores discursos na Câmara dos Comuns, no qual prometeu:

“Lutaremos nas praias, lutaremos nos campos de desembarque, lutaremos nos campos e nas ruas, lutaremos nas colinas; nunca nos renderemos...”

A escritora, Vita Sackville-West, que ouviu trechos do discurso na BBC, escreveu ao seu marido Harold Nicolson – que estava na câmara para ouvi-lo – dizendo:

“Mesmo repetido pelo locutor, causou arrepios (não de medo) na minha espinha. Acho que uma das razões pelas quais alguém fica emocionado com suas frases *Elisabetanas* é que sente todo o apoio maciço do poder e da determinação por trás delas, como uma grande fortaleza: elas nunca são palavras por palavras.”

No mesmo espírito, a Grã-Bretanha tem estado na vanguarda da prestação de apoio retórico e material à Ucrânia. O Reino Unido forneceu quase 5 mil milhões de libras em assistência militar, perdendo apenas para os Estados Unidos e, no início da guerra, os mísseis antitanque britânicos, juntamente com a bravura ucraniana, foram fundamentais para travar o avanço russo.

Graças à ajuda ocidental e à determinação ucraniana, os russos foram forçados a um impasse sangrento. A democracia e a liberdade devem prevalecer na Ucrânia: somos inspirados pelo seu espírito nacional.

Como antigo oficial da Marinha Real, também me orgulho do facto de os nossos submarinos nucleares Trident e dois poderosos porta-aviões fornecerem uma componente importante de dissuasão da Europa contra a agressão. Mas a nossa Marinha está sob terrível pressão. Como observou o grande historiador Peter Frankopan num brilhante “*tour d’horizon*” naval numa edição recente do *The Spectator*:

“As demandas do Serviço Sênior são extensas e crescentes. Existem operações no Mediterrâneo Oriental, no Mar Negro e ao largo da costa da África Ocidental, bem como na Ásia Oriental – para não mencionar a Operação Prosperity Guardian, anunciada pela força de segurança liderada pelos EUA no final do ano passado, cujo objectivo é a manutenção das rotas marítimas abertas. O facto de a Marinha ter anunciado recentemente no LinkedIn a procura de um Contra-Almirante – Diretor de Submarinos é um sinal dos tempos: ser uma potência global significa investir no futuro, em vez de colar pensos nos problemas que surgem.”

Com a mesma urgência, já passou da hora do continente levar mais a sério as suas responsabilidades de defesa.

Simplificando, a Europa deve fazer mais. Estou muito preocupado com o facto de, em grande medida, a segurança do continente depender do Reino Unido e da contínua boa vontade e sentido estratégico dos Estados Unidos. E quem sabe por quanto tempo ainda poderemos depender dos EUA? Além disso, se presidentes americanos

tão diferentes como Obama e Trump podem ambos queixar-se de que a Europa não gasta o suficiente na defesa, não deveríamos admitir que talvez tenham razão? Seríamos, de facto, tolos se alimentássemos as queixas da população da única superpotência remanescente no mundo, que tenta os seus líderes com o isolacionismo.

No centro de tudo isto está a liberdade dos mares. O bombardeamento dos Houthis no Iémen envia um sinal claro de que os terroristas e os seus facilitadores iranianos serão enfrentados com força. O nosso primeiro-ministro, Rishi Sunak, descreveu isto como “uma acção limitada, necessária e proporcional em autodefesa” e declarou: “os Houthis continuaram a realizar ataques no Mar Vermelho, incluindo contra navios de guerra do Reino Unido e dos EUA durante esta semana. Isso não pode continuar.”

Este eco de alianças anteriores deveria lembrar-nos mais uma vez que o custo da liberdade é a vigilância constante e que os líderes - não apenas nos Estados Unidos e no Reino Unido, mas em todo o mundo livre - não devem fugir ao seu dever. Pois, nas palavras de Churchill, se nos unirmos “em associação fraterna, os caminhos do futuro serão claros, não só para nós, mas para todos, não só para o nosso tempo, mas para o século vindouro”.

A nossa família europeia de nações deve colocar a verdade, os direitos democráticos, a liberdade e as liberdades no centro das nossas crenças. Tal como as nações portuguesa e britânica decidiram há tantos anos, a liberdade dos mares está no centro da construção de um mundo melhor.

Obrigado. NC

TRADUÇÃO
MIGUEL PAIM